



**Por uma Política
de Formação de
Leitores**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Diretora de Políticas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental

Jeanete Beauchamp

Coordenadora Geral de Estudos e Avaliação de Materiais

Jane Cristina da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Berenblum, Andréa

Por uma política de formação de leitores / elaboração Andréa Berenblum, Jane Paiva. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

35 p.

ISBN 85-98171-50-6

1. Política nacional de incentivo à leitura. 2. Função da escola. 3. Biblioteca escolar. 4. Livro didático. I. Paiva, Jane. II. Brasil. Secretaria de Educação Básica. III. Título.

CDU 028.6

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Básica

Por uma Política de Formação de Leitores

Brasília
2006

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

Elaboração

**Andrea Berenblum
Jane Paiva**

Edição

Cecília Correia Lima

Equipe Técnico-pedagógica

**Andréa Kluge Pereira
Cecília Correia Lima
Elizângela Carvalho dos Santos
Ingrid Lílian Fuhr Raad
Jane Cristina da Silva
José Ricardo Albernás Lima
Maria José Marques Bento
Tayana de Alencar Tormena**

Equipe de Informática

**Áleny de Abreu Amarante
Leandro Pereira de Oliveira**

Projeto Gráfico, Editoração e Revisão

Sygma Comunicação e Edição

**Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental
Coordenação-Geral de Estudos e Avaliação de Materiais
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, sala 612
Brasília - DF
CEP: 70.047-900
Telefone: (61) 2104-8636
comdipe.seb@mec.gov.br**

Sumário

Apresentação	7
Introdução	9
1. Breve histórico das ações do Ministério da Educação na área da leitura, do livro e da biblioteca escolar	11
2. Indicadores e mitos sobre a leitura na sociedade e na escola brasileira	15
3. A pesquisa avaliativa realizada pelo Ministério da Educação	19
4. Por uma política de formação de leitores	23
5. Ações para viabilizar uma política de formação de leitores	27
5.1 Qualificação dos recursos humanos	28
5.2 Ampliação das oportunidades de acesso de alunos, professores e comunidade a diferentes materiais de leitura	30
5.3 Acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas no âmbito da Política de Formação de Leitores	34
Bibliografia	35

Apresentação

É com satisfação que o Ministério da Educação apresenta às secretarias de educação estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas dos sistemas públicos de ensino um conjunto de documentos elaborados pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, da Secretaria de Educação Básica, com o objetivo de incentivar o debate acerca do papel da escola no desenvolvimento da competência leitora dos alunos. Os documentos estão assim organizados:

Volume 1 - Por uma Política de Formação de Leitores

Breve histórico das ações do Ministério da Educação na área da leitura, do livro e da biblioteca escolar, e apresentação dos dados da pesquisa avaliativa do Programa Nacional Biblioteca da Escola/PNBE e das ações do MEC para implementação, em parceria com estados, municípios e o Distrito Federal, de uma política de formação de leitores.

Volume 2 - Biblioteca na Escola

Reflexões sobre a leitura, em especial sobre a leitura na escola, e sugestões ao professor de atividades para dinamização dos acervos disponíveis.

Volume 3 - Dicionários em Sala de Aula

Subsídios para o uso do dicionário em sala de aula como forma de inserir os alunos nesse universo de informações; apresenta, também, os acervos de dicionários encaminhados às salas de aula das escolas públicas de Ensino Fundamental e suas diferentes propostas lexicográficas.

Ao encaminhar esses documentos aos dirigentes de educação, gestores e professores, este Ministério espera contribuir para a formação dos docentes das escolas públicas do Ensino Fundamental do país e, também, para a discussão e implementação de ações que garantam o pleno acesso dos alunos à leitura proficiente.

Introdução

A instituição de uma política de formação de leitores é condição básica para que o poder público possa atuar sobre a democratização das fontes de informação, sobre o fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores. Além disso, ela se constitui, no contexto da sociedade brasileira, uma forma de reverter a tendência histórica de restrição do acesso aos livros e à leitura, como bem cultural privilegiado, a limitadas parcelas da população. É importante considerar também que uma política de formação de leitores oferece outra dimensão à atuação tanto ministerial como dos outros entes federados, com vista à superação de ações centradas apenas na distribuição de livros a bibliotecas e alunos das escolas públicas do Ensino Fundamental.

Ao pensar uma política de formação de leitores, o Ministério da Educação (MEC) o faz dentro da complexidade de uma república federativa, como o Brasil, em que estados, municípios e Distrito Federal mantêm união indissolúvel, constituindo Estado Democrático de Direito, com autonomia e soberania nos termos constitucionais (1988, Art. 18) para definir os próprios caminhos políticos em todas as áreas, incluída a educação, desde que respeitada a competência privativa da União de legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (1988, Art. 22, inciso XXIV), cabendo a todos, em conjunto, “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência” (1988, Art. 23, inciso V).

Assim sendo, e considerando sua função de indutor de políticas públicas e suas competências constitucionais, o Ministério da Educação, a quem cabe apoiar,

técnica e financeiramente, estados, municípios e Distrito Federal na área da educação, apresenta aos dirigentes e gestores das secretarias de educação uma proposta de ação pública e conjunta de formação de leitores e de incentivo à leitura, que tem por princípio proporcionar melhores condições de inserção dos alunos das escolas públicas na cultura letrada, no momento de sua escolarização.

As idéias e conceitos básicos que norteariam uma política de formação de leitores foram apresentados pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental - DPE, da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, em dez seminários regionais realizados em 2005, para discussão com os sistemas de ensino. O presente documento é, portanto, o resultado das discussões ocorridas nesses eventos e da pesquisa avaliativa realizada pela SEB sobre o impacto da distribuição de livros realizada no âmbito do Programa Nacional Biblioteca da Escola/PNBE.

10

Este documento apresenta um breve relato sobre as ações desenvolvidas pelo MEC na área do livro, da leitura e da biblioteca escolar, alguns indicadores sobre a leitura na sociedade e na escola brasileira, a pesquisa realizada sobre o PNBE, bem como concepções sobre leitura, finalizando com a apresentação das ações deste Ministério para implementação da Política de Formação de Leitores.



1. Breve histórico das ações do Ministério da Educação na área da leitura, do livro e da biblioteca escolar

Ao longo de várias décadas, a atuação do Ministério da Educação no campo do livro de circulação escolar dirigiu-se, preferencialmente, ao segmento de livros didáticos. As primeiras ações voltadas para a biblioteca escolar e para o incentivo à leitura e à formação de leitores, como o Programa Salas de Leitura, tiveram início nos anos 80 e se caracterizaram pelo atendimento assistemático e restrito a escolas com determinadas faixas de matrícula, definidas previamente a cada ano de atendimento.

11

Em 1997 foi instituído o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE, por meio da Portaria Ministerial nº 584, que substituiu programas anteriores de incentivo à leitura e de distribuição de acervos às bibliotecas escolares implementados pelo MEC desde 1983. De 1983 a 1999 os programas e projetos nessa área atenderam às bibliotecas das escolas por faixa de matrícula. Em 2000, o PNBE privilegiou a distribuição de obras voltadas para a formação do professor às escolas de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental.

No período de 2001 a 2003 foi definido um novo modelo de atendimento, denominado Programa Nacional Biblioteca da Escola - Literatura em Minha Casa e Palavra da Gente, focado na distribuição de coleções de literatura

diretamente aos alunos de algumas séries, para uso pessoal. Pretendia-se com esse modelo possibilitar o acesso desses alunos e seus familiares a obras de qualidade, representativas da literatura. Assim, em 2001 o PNBE atendeu a alunos de 4ª e 5ª séries; em 2002 foram contemplados alunos de 4ª série e em 2003, o PNBE atendeu aos alunos de 4ª e 8ª séries e do último segmento de Educação de Jovens e Adultos - EJA . Cada estudante recebeu um conjunto de obras de literatura de gêneros variados, especialmente produzidos para essa dotação, com formatação própria, número de páginas predeterminado e ilustrações em preto e branco. Para cada aluno da 4ª série foi entregue um conjunto com cinco obras; para os da 8ª série foi entregue uma coleção com quatro obras; e para os alunos de EJA, um conjunto com seis obras. As bibliotecas das escolas que ofereciam essas séries também receberam os acervos distribuídos aos alunos.

12

Ao optar por uma ação dessa natureza, deixou-se, como conseqüência, de investir no acervo coletivo, debilitando a biblioteca como espaço próprio de organização e disponibilização de materiais diversificados - de obras de referência a periódicos; de livros de literatura a obras de não-ficção; de mapas a novas tecnologias - lugar em que se promove a sociabilidade, mas principalmente a *democratização do conhecimento*.

Considerando a importância de universalizar o atendimento a todas as instituições públicas de Ensino Fundamental, independentemente do número de alunos matriculados, bem como ao coletivo da escola e de permitir o acesso de alunos e professores às obras em seus formatos e projetos originais, o MEC retomou a distribuição de acervos coletivos às bibliotecas/salas de leitura das escolas. Dessa forma, foram distribuídos, em 2005, a todas as escolas que atendem ao primeiro segmento do Ensino Fundamental, acervos formados por obras de literatura disponíveis no mercado, de diferentes gêneros. Para 2006, foram



selecionados acervos literários que serão distribuídos, no início do ano letivo de 2007, às bibliotecas de todas as escolas públicas que atendem ao segundo segmento desse nível de ensino.



2. Indicadores e mitos sobre a leitura na sociedade e na escola brasileira

Do brasileiro, diz-se que “não gosta de ler”. Poucas pesquisas têm sido realizadas contestando essa afirmação do senso comum, e muitos mitos e idéias preconcebidas sobre o lugar da leitura junto à população circulam com intensidade e sustentam a chamada “opinião pública”, justificando, muitas vezes, a desigualdade.

Das pesquisas realizadas, destaca-se o *Retrato da Leitura no Brasil*, de 2000, por iniciativa de entidades do livro e de fabricantes de papel, que tentou definir o consumo de livros no país, medindo sua penetração e as dificuldades de acesso. Feita por amostragem na população com idade acima de 14 anos, com pelo menos três anos de escolaridade - o que equivalia a 86 milhões de pessoas - a pesquisa incluiu o grupo de analfabetos funcionais que alcança 65% da população. Dos muitos resultados da pesquisa, entre eles a constatação de que 49% dos leitores e 53% dos compradores de livros estão concentrados na região Sudeste, dois se destacaram: 62% dos entrevistados afirmaram gostar de ler livros, e a informação de que a escolaridade se vincula fortemente às práticas de leitura (ler e comprar livros, entre outras). Duas conclusões surgiram da pesquisa: a de que os brasileiros com mais instrução, capazes de compreender o texto escrito, lêem bastante - cerca de 35% são leitores freqüentes -, o que derruba o mito de

15

que “o brasileiro não gosta de ler”; a outra, a conclusão de que o baixo índice de escolaridade com qualidade e as condições de acesso ao livro estão na raiz do problema.

De certa forma, e com mais profundidade, comentando os resultados da pesquisa, Maués (2002) concorda com essas conclusões, ampliando sua compreensão:

Entre as várias revelações da pesquisa - algumas novas e surpreendentes, outras nem tanto -, uma deve ser vista com especial preocupação: a exclusão da leitura a que está forçada grande parte da população brasileira.

Pode-se dizer que o quadro de exclusão social que caracteriza o país é reproduzido de modo tristemente fiel nesse campo.

16

E ainda, referindo-se ao modo como muitos brasileiros se tornam leitores, afirma:

Muitas vezes esse é um leitor quase heróico, que consegue, de alguma forma - em igrejas, por empréstimos de amigos, por meio da escola ou das poucas e precárias bibliotecas existentes -, superar os obstáculos que lhe são impostos e chegar até o livro, contra quase todas as probabilidades. (MAUÉS, 2002).



A Associação de Leitura do Brasil (ALB) propôs, anteriormente à elaboração da citada pesquisa, um *Censo de Leitura*, valendo-se da reunião de mais de 2000 profissionais no evento bienal Congresso de Leitura do Brasil (COLE) em 1999, com o objetivo de, mapeando uma amostra estatisticamente representativa de pessoas, identificar que tipo de texto se lê, de que maneira, com que finalidade. A ALB ressaltava o possível descompasso entre “os discursos catastrofistas sobre condições de leitura no país e os dados numéricos” sobre tiragens de livros, jornais e revistas, crescentes a partir de 1990.

Segundo a entidade, isso ocorria porque se trabalhava com uma concepção mítica de leitor e de leitura, que:

[...] não considera leitura o ato de intelecção de best-sellers, de livros religiosos, de jornais “populares”, revistas femininas, novelas sentimentais, livros de auto-ajuda. Nega-se a existência de leitores, pois espera-se que todos leiam clássicos da literatura, revistas e jornais cultos, livros técnicos eruditos. Construiu-se historicamente uma idéia mítica de livro e de leitura, evidentemente inatingível como qualquer mito.
(ALB, 1999).

17

Seus dados contribuíram para repensar as concepções do que é ler, e do que se considera material de leitura, pondo em cheque idéias preconcebidas sobre a leitura dos brasileiros.

Os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB/2003, por outro lado, demonstram problemas nos indicadores de desempenho em Língua

Portuguesa. Avaliando competências nessa área do conhecimento, medidas a partir das habilidades de leitura dos alunos, os dados indicam, entre alunos da 8ª série do Ensino Fundamental, que 4,8% se encontram em estágio muito crítico, isto é, não desenvolveram habilidades de leitura exigíveis para a 8ª série; 22% em estágio crítico, ou seja, apresentam algumas habilidades de leitura, no entanto aquém das exigidas para a série e 63,8% em estágio intermediário, isto é, desenvolveram algumas habilidades de leitura mais compatíveis com a escolarização plena no Ensino Fundamental. Pode-se inferir, desses resultados, que entre muitas possibilidades explicativas - formação insuficiente de professores, sem competência leitora; baixas remunerações; carências na qualidade de vida da população - há responsabilidade a ser atribuída a programas de promoção e incentivo à leitura que pouco ou nenhum efeito exercem sobre os sujeitos, no sentido de formá-los com autonomia leitora.



3. A pesquisa avaliativa realizada pelo Ministério da Educação

Com o objetivo de obter subsídios para a implementação de uma política de formação de leitores, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica, realizou uma Avaliação Diagnóstica do Programa Nacional Biblioteca da Escola.

Essa pesquisa foi desenvolvida pela Associação Latino-Americana de Pesquisa e Ação Cultural - ALPAC, no fim de 2005, em 196 escolas de Ensino Fundamental localizadas em 19 municípios de oito estados. A pesquisa forneceu dados importantes sobre questões centrais relacionadas a uma política de formação de leitores, tais como:

19

Concepção de material bibliográfico e de biblioteca

No que diz respeito ao material bibliográfico disponível na escola, a pesquisa revelou que o livro, como objeto, ainda parece ter o sentido do tombamento que lhe deva garantir perenidade, não admitindo, por isso, a intimidade com o leitor, que se apropria dele com sentimento de posse e de pertença. Com relação à biblioteca, a pesquisa detectou, em geral, uma ênfase nas questões da estrutura física e uma separação entre essa e os projetos de incentivo à leitura. As pessoas

entrevistadas, especialmente aquelas que trabalham diretamente com as salas de leitura encontradas, não fizeram referências ao papel da biblioteca como promotora de ações voltadas para o incentivo à leitura e à escrita, mas apenas como espaço físico depositário de materiais para que tais ações aconteçam, sob orientação de professores e coordenadores, nunca dos responsáveis pelo espaço ou como base de um projeto de incentivo à leitura.

O espaço da biblioteca

20

Em grande parte das escolas, o espaço da biblioteca não existe como tal, sendo substituído por *salas de leitura*, *cantinhos* etc. Composto o conjunto arquitetônico de prédios escolares é bastante rara, mesmo porque, quando se fez presente desde a planta de construção acabou, com a dinâmica escolar, sendo “aproveitada” como sala de aula, por ser esta, muitas vezes, tomada como mais importante do que uma biblioteca. De modo geral, as chamadas bibliotecas tratam-se apenas de salas ou espaços mal adaptados, mal pintados e mal iluminados, que nada têm de atrativo, além de afirmar a idéia de impossibilidade da livre escolha de obras da preferência do aluno, tanto porque os responsáveis não trabalham por essa concepção de interesse, quanto porque nas prateleiras, muitas de difícil visualização do acervo, há acúmulo de livros didáticos e de obras sem atrativo para o público das escolas de Ensino Fundamental.



O profissional da biblioteca escolar

Do ponto de vista do profissional que opera as bibliotecas, a inexistência quase total de bibliotecários com formação é um dos grandes problemas. Essa questão se torna ainda mais grave com a ausência de concursos para o cargo, que em muitas redes sequer existe. A figura mais comum encontrada nesse espaço é a de professores readaptados, ou seja, desviados de função por problemas de saúde.

As práticas pedagógicas

A pesquisa revelou que a ausência de uma política de formação de leitores e de esclarecimentos suficientes aos professores sobre a utilização de acervos literários do PNBE em sua prática pedagógica gerou uma não-diferenciação das especificidades do livro didático, paradidático, obra de referência e livro de literatura. A lógica - que se percebeu - de tratamento das obras literárias, por exemplo, deixou de valorizar o lúdico, a fantasia, a imaginação, para enformar a fruição do gênero literário nos moldes escolares. Nesse aspecto, cabe destacar que, embora a literatura para as faixas etárias correspondentes ao Ensino Fundamental dirija-se a crianças, adolescentes e jovens - categorias que definem gostos, interesses, escolhas, sonhos, modos de perceber a realidade e com ela interagir, mediados por construções simbólicas e próprias da imaginação - na prática escolar essas marcas se apagam. Resta, apenas, a categoria aluno, que mantém suposta homogeneidade entre os sujeitos, sem respeitar a riqueza das experiências que vivenciam e ressignificam, mediadas pelos textos literários.

Justamente o que a leitura literária pode oferecer de possibilidade para a produção e atribuição de sentidos, pelos leitores, é o que se “polícia”, delimitando, pelas práticas pedagógicas, de forte teor escolarizado, os alcances

dos vãos possíveis. Textos e autores de qualidade, de gerações de escritores que se vêm produzindo na cultura brasileira, de ilustradores que inventaram técnica e esteticamente modos de traçar com a imagem um outro código que também narra a história, quase se invisibilizam nas propostas de uso sugeridas por muitos professores.



4. Por uma política de formação de leitores

Compreendendo que uma política de formação de leitores deve ser encaminhada para além de ações de distribuição - sobre o que parece haver consenso entre os que estudam e pesquisam na área -, cabe apresentar, de forma sucinta, concepções sobre o que é *leitura*, sem o que não se conseguirá estabelecer um marco de referência para a formação de leitores.

A *leitura*, como prática sociocultural, deve estar inserida em um conjunto de ações sociais e culturais e não exclusivamente escolarizadas, entendida como prática restrita ao ambiente escolar. Portanto, pensar políticas de leitura extrapola o âmbito da escola - como *locus* e como função -, mas sem dúvida não pode prescindir dela, inclusive por ser a instituição pública das mais democratizadas - pela qual quase todos recentemente conseguem chegar e passar - ainda que, em muitos casos, descontinuamente e sem sucesso.

Basicamente a *leitura* engloba duas dimensões distintas, complementares e decisivas para a formação do pensamento autônomo: a *fruitiva* e a *informativa*.

No sentido lato, a *leitura* deve - e pode - ser feita em variados suportes, assim como a partir de variados códigos, o que significa dizer que o acesso de alunos a práticas culturais e sociais como cinema, música, teatro, dança, pintura, fotografia, além da literatura, é, não somente desejável, mas indispensável para o domínio da complexidade de linguagens que circulam na sociedade

23

contemporânea. Para isso, há que incentivar e respeitar a opção do aluno por determinada forma de manifestação artística, sem impor aquelas que, equivocadamente, são consideradas de maior prestígio.

Outro aspecto a relevar quando se trata de política de formação de leitores, é estabelecer um binômio entre leitura e escrita, em que esta última não pode - e nem deve -, ser considerada menor do que a primeira. O destaque nesse momento dado à leitura deve-se ao fato de os suportes dos quais se vale não serem facilmente acessíveis a toda a população, o que implica não-leitura, mesmo para aqueles que aprenderam a ler. E entende-se ser esta uma tarefa de Estado: possibilitar o acesso a todos, democratizando os meios que podem contribuir para a redução da desigualdade.

24

O caso da escrita encerra outra ordem de complexidade, e também deve ser problematizado, buscando extrapolar seus usos escolares, para admitir práticas sociais e culturais que exigem dos leitores competências específicas. Tal como a leitura, a escrita sofre do mal da “escolarização”, quase sempre restrita à cópia e à reprodução de formas previamente modelares, não estimulando os processos de autoria, que fazem dos sujeitos “escritores”, no justo sentido de ser autor autônomo e competente para escrever o seu texto, para dizer sua palavra e registrar sua história, transformando sua passagem pelo mundo, nas sociedades grafocêntricas. Nesse sentido, e entendendo que ao se tratar de uma política de formação de leitores não se está desconsiderando o papel da escrita, nem atribuindo a esta menos valor, recorda-se Paul Taylor (2003, p. 60), quando adverte que “ninguém liberta pela leitura [...] Para ser governável, é preciso que se saiba ler. Mas só quando se sabe escrever é que se lê o que há para dizer. Quando nos tornamos autor, escritor, é que começamos a escrever o mundo”. O que significa dizer que é preciso estimular e instigar o aluno de forma que ele



seja não só consumidor, mas também produtor de cultura, percebendo-se como tal.

Cabe ainda destacar que a questão da leitura não pode ser tratada apenas para os que vão à escola, se não para todos que circulam em seu entorno. A responsabilidade social da escola - e do poder público - não se restringe aos usuários diretos, mas à rede da qual esses usuários participam e com a qual interagem. Assim, o incentivo e a promoção de momentos de interação e debate sobre assuntos de interesse da comunidade, por meio de diversas iniciativas em torno da leitura, podem funcionar para instigar a curiosidade, estimular a pesquisa, o estudo e a busca por respostas em diferentes meios de informação, acessíveis até então, ou alcançáveis, a partir da intervenção pedagógica realizada na escola.

5. Ações para viabilizar uma política de formação de leitores

Como já foi dito anteriormente, as ações de incentivo à leitura no âmbito do Ministério da Educação foram executadas, ao longo do tempo, como programas de aquisição e distribuição de acervos. Qual pode ser, então, a opção para que se consiga equilibrar o custo social de longo prazo com as necessidades imediatas de investimento na área, pensando-se uma rede de bibliotecas escolares adequadas, com mediadores de leitura capazes de propiciar práticas e eventos de leitura no sentido de produzir novos leitores, favorecendo o acesso à cultura letrada e, conseqüentemente, evitando novas formas de exclusão social?

O presente documento expressa o compromisso do MEC com a formação de leitores e com o debate sobre a leitura e sua mediação. Esse debate está focado, essencialmente, na qualificação dos recursos humanos e na ampliação das oportunidades de acesso da comunidade escolar a diferentes materiais de leitura.

Em razão desse compromisso, são explicitadas a seguir as ações que serão implementadas pelo Ministério da Educação, já discutidas e aprovadas pelos sistemas de ensino em seminários realizados em 2005.

27

5.1 Qualificação dos recursos humanos

- **Formação continuada de profissionais da escola e da biblioteca – professores, gestores e demais agentes responsáveis pela área da leitura**

A formação do professor é condição básica para que se efetive uma política de formação de leitores no âmbito da escola. Não se trata de um professor que apenas “leia”, mas de um professor que leia com competência e autonomia, capaz não apenas de incentivar seus alunos, mas de mostrar-lhes as sutilezas e entrelinhas dos textos, em especial dos textos escritos.

28

Os caminhos da formação continuada necessitam de formulações permanentes e integradas às propostas pedagógicas dos sistemas, pensadas plurianualmente, perdendo a marca episódica que tem sido sua face mais conhecida. Do mesmo modo, exige direcionar programas de formação para além de professores, alcançando agentes e responsáveis por bibliotecas, bibliotecários, onde houver, e gestores.

Quando o tema é *leitura e escrita*, uma outra complexidade se impõe: a participação dos profissionais também como leitores e escritores de seus textos. O universo em que operam muitos docentes no país é muito próximo do de seus alunos, ambos distantes de espaços em que a cultura escrita circula, de bibliotecas, de acesso a livros etc. A formação do profissional como leitor e escritor, portanto, é concomitante à reflexão sobre suas práticas pedagógicas, que devem ser o campo fértil sobre o qual se problematizam as questões relacionadas à leitura e à escrita de seus alunos. Assim, os programas de formação precisam tratar os professores como leitores, sem o que não se



conseguirá desprendê-los da condição única de *docente que ensina a ler*.

Com esse enfoque, o Ministério da Educação busca prestar apoio aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, em regime de colaboração, na formação de professores e demais agentes envolvidos na questão da leitura com vista à implementação de uma política de formação de leitores. Essa ação se concretiza por meio tanto do Pró-Letramento e dos cursos da Rede de Formação Continuada de Professores de Educação Básica, como de outros cursos que serão dirigidos especificamente para a questão da leitura e sua mediação. Esses cursos serão desenvolvidos em parceria com as secretarias de educação interessadas.

- **Publicação e distribuição de periódico**

Se o que se pretende é incentivar o professor e demais profissionais envolvidos com a questão da leitura a serem formadores de leitores, é preciso fomentar a discussão permanente sobre a leitura e fornecer instrumentos para que essa discussão se efetive e se propague. Com esse objetivo, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica, iniciará, em novembro de 2006, a distribuição às escolas públicas do Ensino Fundamental da *Revista LeituraS*, cujo objetivo é provocar esse debate, levando aos professores, dirigentes, bibliotecários e outros profissionais experiências, propostas de trabalho, entrevistas e opiniões que possam contribuir para o desenvolvimento de sua prática leitora e para o exercício de sua função como mediador de leitura. O periódico trará, além de reflexões teóricas, “formas de fazer”, das quais os professores e demais interessados possam se apropriar, até que se sintam estimulados a partilhar com os demais leitores suas próprias experiências na área.

29

A revista, com periodicidade quadrimestral, tem como proposta atuar como canal de comunicação ao divulgar experiências bem-sucedidas no campo da formação de leitores e da dinamização das bibliotecas escolares, bem como discutir as inquietações e problemas vivenciados por profissionais que atuam na área da leitura em diferentes regiões do país.

5.2 Ampliação das oportunidades de acesso de alunos, professores e comunidade a diferentes materiais de leitura

- **Parcerias e redes de leitura: Centros de Leitura Multimídia**

30

Na primeira parte desse documento, é assinalada a importância do estabelecimento de uma parceria entre os entes federados para a efetiva consecução de uma política de formação de leitores. Essa parceria pressupõe a autonomia de estados e municípios de integrar outras ações àquelas implementadas pelo Ministério da Educação, ampliando quantitativa e qualitativamente o universo de atendimento e mantendo sua ação pedagógica, segundo concepções de formação de leitor, leitura e biblioteca.

Como indutor desse processo de parceria, o MEC apoiará a implantação e implementação de Centros de Leitura Multimídia em municípios interessados em desenvolver uma política de formação de leitores. Esses Centros servirão de referência não só para as escolas públicas dos municípios selecionados como para os municípios circunvizinhos, apoiando atividades de leitura e cursos de formação continuada na área de leitura e de bibliotecas escolares. Essa ação terá início com a seleção dos municípios por meio de edital específico.



O apoio do Ministério se dará por meio da realização de cursos de formação continuada para professores e mediadores na área da leitura, e da dotação, a cada Centro, de equipamentos eletrônicos e de informática, de acervo bibliográfico, de filmes, de mídias do DVD Escola, entre outros materiais.

- **Ampliação e implementação de bibliotecas escolares e dotação de acervos - Programa Nacional Biblioteca da Escola/PNBE**

Ações relativas à biblioteca escolar são imprescindíveis para a implementação de uma política de formação de leitores. Uma delas diz respeito ao espaço físico para sua instalação. Conforme dados apresentados pelo Censo 2005, apenas 19,4% das escolas públicas do Ensino Fundamental possuem uma biblioteca, ou seja, 27.815 escolas em um total de 143.631 unidades escolares. Tendo em vista o cenário atual dessas bibliotecas, os sistemas de ensino, mais do que estimular as adaptações, devem considerar a possibilidade de salas construídas segundo as exigências da função, com versatilidade capaz de tornar o espaço um ambiente integrado à dinâmica escolar, mas também integrador de outros públicos que por ela devem circular. Para as novas escolas, recomendam-se projetos arquitetônicos que as incluam ao conjunto, não como um anexo, mas como ambientes centrais aos processos de aprendizagem e de disseminação de informação, exigentes de espaços, ferramentas e tecnologias adequadas.

A outra ação direciona-se ao incremento de acervos das bibliotecas escolares, considerando a realidade dos segmentos atendidos, os níveis de ensino, além de especificidades relacionadas ao fato de estarem em área rural ou urbana, ao fácil e ao difícil acesso, às populações que as freqüentam (afrodescendentes,

índigenas, deficientes e demais componentes da diversidade), enfim, a diversos elementos da realidade de cada escola.

Qualquer que seja a alternativa possível dos sistemas e escolas, alguns cuidados devem cercar a dotação de acervos, por parte dos sistemas, considerando-se que práticas de leitura contemporâneas são marcadas pela abundância da oferta de textos e pela diversidade de suas formas de reprodução, suportes e organização textual, gráfica e visual.

Desse modo, a composição do acervo de bibliotecas escolares, considerando-se a função mais ampla que deve exercer em sua comunidade, deve garantir o acesso a obras diversificadas, voltadas tanto para crianças, adolescentes e jovens, quanto para professores e demais profissionais das escolas, como para adultos e pessoas das comunidades. Entende-se uma composição de acervo adequada e que disponha de:

32

- *obras de referência - enciclopédias, dicionários, atlas, gramáticas;*
- *obras de ficção - contos, fábulas, poesias, romances (de aventuras, policiais etc.), biografias e autobiografias, teatro;*
- *documentários - ensaios, relatos de viagem, livros de arte, culinária, variedades, paradidáticos, livros técnicos (leituras teóricas para o professor), documentos oficiais e curriculares, manuais;*
- *periódicos - jornais e revistas (de informação geral,*



técnicas, histórias em quadrinhos, especializadas, de divulgação científica); e

- *outras coleções - coleções especiais voltadas para interesses regionais (sobre o estado, o município etc.), para o atendimento a projetos pedagógicos das escolas, ou de natureza diferenciada, como fotografias, mapas, reproduções de obras de arte, cartões postais etc.*

Tendo em vista que nem sempre leitura e biblioteca escolar são valores definidos como prioritários, o papel das bibliotecas deverá ser revisto pelos sistemas de ensino e pelas escolas, transformando-as em um espaço de convivência, de debate, de reflexão e de fomento à leitura. A agenda escolar e o projeto político-pedagógico da escola, tomando leitura e biblioteca como uma de suas prioridades, podem contribuir para alterar esse quadro e definir novos objetivos para a educação.

Nessa perspectiva, o Ministério da Educação continuará distribuindo acervos às bibliotecas das escolas por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola/ PNBE, uma das ações da Política de Formação de Leitores, com vista ao estabelecimento de um sistema de bibliotecas escolares que apóie, de forma articulada com as demais ações do MEC e dos entes federados, a formação de leitores e produtores de textos autônomos e devidamente qualificados.

5.3 Acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas no âmbito da Política de Formação de Leitores

As ações desenvolvidas pelos sistemas de ensino, em parceria com o Ministério da Educação, para a formação de leitores e para a dinamização de acervos, serão acompanhadas em, pelo menos, dois níveis: 1) no âmbito dos municípios e estados, cujos sistemas devem propor modos de acompanhar as atividades, realimentando os projetos pedagógicos das escolas e cooperando tecnicamente com aquelas que indicarem maior necessidade de discussão/reflexão sobre suas práticas; e 2) no âmbito da Secretaria de Educação Básica, por meio de monitoramento e avaliação constantes das ações.

34

Concluindo, é importante salientar que o sucesso da implementação da Política de Formação de Leitores dependerá da construção de um canal de interlocução constante do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica, com os demais entes federados, de forma a garantir a interação e coesão dessa política com outras ações de formação de leitores desenvolvidas no âmbito de estados, municípios e do Distrito Federal.



Bibliografia

ABREU, Márcia de Azevedo. *Os livros e suas dificuldades*. Disponível em: www.alb.com.br. Acesso em: 14 fev. 2006.

BRASIL. *Política para a formação de leitores*. Uma proposta pedagógica. Documento preliminar. Brasília: MEC, 2005, 22p. (mimeo).

_____. *Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF: 1996.

_____. *Relatório final do Projeto de Avaliação Diagnóstica do Programa Nacional Biblioteca da Escola*. Rio de Janeiro: ALPAC, mar. 2006, 268p.

_____. *Por uma política de formação de leitores*. Rio de Janeiro: ALPAC, jun.2006, 58p.

CUSTÓDIO, Cinara Dias; SAMPAIO, Cecília Sobreira. *Notas para um plano estratégico de apoio ao letramento e incentivo à leitura*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Infantil e Fundamental, 2003. 17p. (mimeo).

MAUÉS, Flamarion. A exclusão da leitura. *In: Revista Teoria e Debate*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n. 50, fev./mar./abr.2002.

35

